

Uma população em declínio

O problema mais ameaçador para o futuro da União Europeia é do que menos se fala. A escassa natalidade é um obstáculo para o crescimento económico, reduz o número de trabalhadores, faz disparar a despesa em pensões e enfraquece a influência europeia no plano mundial. A não ser que os lugares vazios sejam ocupados por esses imigrantes a quem hoje se tenta travar a entrada.

A população europeia quase não cresce

A população da União Europeia (UE-27) é de 504 milhões, pouco mais de 7% da população mundial. O seu crescimento é cada vez menor: em 2011, aumentou em 1,3 milhões, dos quais cerca de um terço se deveu ao crescimento vegetativo (nascimentos menos mortes) e dois terços à imigração. Depois de um máximo de 520,7 milhões até 2035, a população da UE vai começar a diminuir.

Já há países onde se podem encontrar mais caixões do que berços. Trata-se do caso de Alemanha, Bélgica, Estónia, Grécia, Itália, Letónia, Lituânia, Hungria, Portugal, Roménia e Croácia (último país a entrar ultimamente).

O poder económico da Alemanha está ameaçado por um sério problema demográfico: já em 2011 teria perdido 190.000 habitantes por excesso de falecimentos em relação aos nascimentos, caso não tivesse atraído a crescente imigração.

Se olharmos para a Europa do Leste, fora da UE, a situação é ainda pior.

A fecundidade não assegura a renovação das gerações

Em 1960, nasciam todos os anos 7,5 milhões de crianças nos 27 países que até há pouco (antes da Croácia entrar) faziam

parte da UE. Em 2011, nasceram 5,2 milhões. Isso significou um ligeiro aumento da natalidade entre 2002 e 2008, mas com a crise, voltou a cair.

A taxa de fecundidade – número de filhos por mulher em idade de conceber – está muito abaixo da necessária (2,1) para assegurar a substituição das gerações. Baixou de 2,42 em 1970, para 1,59 em 2010. Isto significa que fica um pouco abaixo da que tem a China (1,6), como se a Europa se tivesse imposto a si própria uma política do “filho único”.

Já os EUA têm taxa de fecundidade de 1,93, permitindo-lhes continuarem a ser um país mais jovem do que a envelhecida Europa.

Entre os países europeus existem grandes diferenças quanto à fecundidade. Encontram-se melhor situados os nórdicos (Islândia, Finlândia, Noruega e Suécia), com taxas em torno de 1,9. Mas entre todos somam uma população com somente 20 milhões de pessoas, pelo que a sua contribuição para a natalidade europeia é limitada.

Também estão bem os atlânticos: Grã-Bretanha (1,98) e Irlanda (2,07), que é o único país da UE que assegura a renovação de gerações.

Entre os restantes, apenas a França consegue uma boa perspectiva demográfica (1,99), graças a uma generosa política de subsídios familiares. No conjunto de Alemanha e França que tradicionalmente tem liderado a Europa, a Alemanha poderá contribuir com o seu dinamismo económico do momento e a França com o seu impulso demográfico. A Grã-Bretanha também poderia vir a constituir a outra perna do tripé, se o euroceticismo não estivesse tão fortemente implantado nesse país.

A Europa do Sul tem um problema demográfico que só pode fazer mossa ao arranque económico. Portugal, Espanha, Itália e Grécia têm taxas de fecundidade muito baixas (entre 1,3 e 1,5). Com o elevado desemprego juvenil atual, pode parecer que há jovens de sobra, mas a realidade é que quando estes países começarem a crescer, irão deparar com falta de trabalhadores jovens.

Uma população cada vez mais envelhecida

O número de pessoas com mais de 65 anos vai crescer em todo o mundo. É verdade que a essa idade se chega agora em muitos casos ainda com boa vitalidade. Mas, as consequências económicas e sociais deste envelhecimento natural dependerão da estrutura etária da população.

Na Europa, a taxa de natalidade sistematicamente baixa e o aumento da esperança de vida vão alterar a pirâmide de idades, com um enorme envelhecimento.

Atualmente, a média etária da população na maioria dos países europeus, situa-se em cerca de 40 anos. Segundo projeções da Divisão de População da ONU, em 2050, terá subido para 45,7. Mas, na Europa do sul, a média será 50. Se se prolongarem as tendências atuais, a dianteira será da Alemanha, com 51,2 anos.

Em comparação com outros continentes, a Europa terá uma população mais envelhecida. Segundo as projeções da ONU para 2050, os EUA, a América Latina, a Oceania e a Ásia terão uma média etária de 40 anos. Mas a Ásia Oriental vai converter-se no novo velho continente: o Japão será o campeão do envelhecimento (53,4), e a China (46,3) e Coreia do Sul (53) vão conhecer a mesma drástica experiência.

Pelo contrário, África terá um grande recurso na sua juventude, com uma população que se vai situar numa média etária em torno dos 25 anos.

População por estratos etários na UE-27 (%)		
	2011	2050
0-14 anos	15,6	14,1
15-65	66,9	57,1
65 e mais	17,5	28,8
Fonte: Eurostat, EUROPOP2008 convergence scenario		

A maior ameaça ao Estado Providência

A longo prazo, a sustentabilidade do sistema de pensões e da despesa social dedicada aos idosos, depende da relação entre a população economicamente ativa (de 20 a 64 anos) e a que é mais provável vir a estar economicamente inativa (com mais de 65 anos).

No ano de 2010, em média, havia 3,5 ativos por cada reformado na UE. Para 2040, haverá somente 2 ativos por cada reformado.

Os países que têm piores perspectivas para 2050, são a Alemanha (1,5 ativos por reformado) e a Itália (1,5), e no exterior da Europa, o Japão (com somente 1,3 ativos por reformado). Outro caso: a Espanha passaria de 3,6 em 2012, para 1,9 em 2050.

Deve ter-se em conta que não só haverá mais pessoas idosas, como também viverão mais tempo. A esperança de vida aos 65 anos na UE é de mais 21 anos.

É evidente que esta evolução não augura um futuro feliz para o sistema de pensões. Para atenuar as suas consequências, os governos europeus começaram a atrasar a idade de reforma e a recalcular o seu custo e a sua revalorização.

A despesa com a saúde irá disparar também com o envelhecimento da população, pois as pessoas idosas (e não haverá poucas com mais de 80 anos) exigem maior atendimento médico.

Tudo indica que os trabalhadores do futuro terão de trabalhar mais anos, ter menos férias, pagar mais impostos e receber pensões mais reduzidas, a não ser que tenham planos privados de pensões.

Em resumo, irá ser comprovado que a maior ameaça ao Estado Providência é a escassa natalidade. De pouco servem os "direitos adquiridos", se não houver suficientes trabalhadores que possam financiá-los e sustentar as gerações mais idosas. Daí que esta evolução vai pôr à prova a solidariedade entre as gerações.

A imigração como panaceia

Cada vez se reconhece mais que será difícil superar os efeitos que a baixa de natalidade provocou na estrutura etária populacional. Daí ter diminuído a percentagem de mulheres em idade fértil; e quanto mais desça, mais teria de subir o índice de fecundidade para obter o mesmo número de nascimentos.

Confia-se em que o que não vier da natalidade, virá da imigração.

Nos próximos 40 anos, a população em idade laboral na Europa irá reduzir-se em 37 milhões, segundo as projeções da ONU. E o provável aumento da produtividade não bastará para compensar tantos lugares vazios.

Do ponto de vista económico, a necessidade da imigração na Europa é inquestionável. Mas do ponto de vista social, há bastante resistência devido à difícil assimilação cultural da

imigração, sobretudo muçulmana. A Europa demonstrou ser um cadinho muito menos eficaz do que os EUA.

Por outro lado, hoje em dia, os países europeus não procuram qualquer tipo de imigrantes, mas trabalhadores qualificados. Nalgumas áreas (médicos, engenheiros, analistas informáticos...) há já concorrência entre Europa, EUA, Canadá e Austrália, para atrair este tipo de trabalhadores. Também é de perguntar até que ponto será ética esta drenagem de talento proveniente muitas vezes de países em desenvolvimento. Além disso, o efeito rejuvenescedor é menor com os imigrantes que chegam em idades intermédias, do que com os nascimentos.

De qualquer forma, nem está claro que venha a haver suficientes imigrantes para compensar o decréscimo natural da população europeia. E uma Europa envelhecida, de escasso dinamismo económico, será menos atrativa para os imigrantes. Basta ver o ocorrido, por exemplo, em Espanha, que nos anos de crise passou a ter um saldo migratório negativo.

I. A.

“Ou trabalhas, ou vais-te embora”

A recente decisão do governo alemão de exigir aos cidadãos europeus estrangeiros residentes no país que tenham um emprego, lançou a polémica. Enquanto uns lançaram já os sabidos insultos de “xenófobo” ao governo germânico, outros, como a Comissão Europeia, apelam à calma: não existem “direitos absolutos” no exercício da livre circulação.

O plano prevê a expulsão dos cidadãos comunitários que, ao fim de seis meses em território alemão, não consigam um emprego e se vejam na necessidade de recorrer às ajudas sociais. Num país que precisa de mão de obra e onde a taxa de desemprego é de 7%, parece que não deveria ser difícil encontrar trabalho. Mas nem sempre é assim, sobretudo se se desconhece a língua.

Na Alemanha, o desemprego afeta mais o setor imigrante, que exhibe a taxa de 14,7 por cento. Por exemplo, segundo o último Censo dos Espanhóis Residentes no Estrangeiro, 89.190 deles com idades entre 15 e 65 anos vivem em solo alemão, e quase 10.500 recebiam em 2013 o subsídio estatal “de segurança básica para pessoas à procura de emprego”.

De regresso a casa, com a lei de permeio

Dura lex, sed lex, diziam os romanos, e Berlim quer resgatar a máxima. A legislação europeia é a ferramenta escolhida, e o pretexto é, precisamente, a fraude que eventualmente os imigrantes podem cometer na receção das ajudas. Só que o “zelo fiscal” veio justamente agora, quando os imigrantes dos países mais pobres da UE – Roménia e Bulgária – já podem viajar sem restrições para a maior potência económica da zona.

A letra é, certamente, a letra, e a diretiva de Livre Circulação estabelece que todo o cidadão da UE tem direito a deslocar-se e a residir noutro país membro por um período inferior a três meses. Decorrido esse tempo, quem deseje permanecer no país anfitrião, deve “exercer uma atividade económica por conta alheia ou própria” e “dispor de recursos suficientes e de um seguro de saúde para não se converter num encargo” para o país de acolhimento.

O governo germânico tomou nota do que aconteceu em cidades como Duisburgo ou Dortmund, aonde têm chegado fluxos consideráveis de imigrantes romenos e búlgaros de etnia cigana, com poucas oportunidades de se inserirem no mundo laboral, e onde se registaram incidentes racistas. Por isso, destinou 200 milhões de euros para ajudar os municípios a gerir o assunto e recorreu à lei: se o imigrante não demonstrar que tem possibilidades reais de conseguir um emprego, será enviado de regresso ao país de origem, com a benção de Bruxelas.

As estatísticas, no entanto, são teimosas. Segundo o instituto alemão de investigações IAB, entre 100.000 e 180.000 romenos e búlgaros vão chegar à Alemanha este ano, mas, dos que já aí se instalaram, somente 7,4 por cento estão desempregados, um número inferior aos 7,7 por cento no plano nacional, e bastante abaixo dos 14,7 que abarca a massa de imigrantes desempregada. Se se acrescentar que esses trabalhadores são, além disso, contribuintes líquidos para o sistema de segurança social, então os responsáveis das Finanças poderiam respirar com um certo alívio.

O perigo de fechar a porta a outros

“Quando os britânicos vêm aos milhares aos nossos hotéis, ao Mar Negro, e se comportam como cavernícolas, e bebem e entram em distúrbios, não dizemos nada. Iremos comportar-nos muito melhor na Grã-Bretanha quando formos para lá trabalhar, não para diversão; trabalhar por uma vida melhor”, refere um trabalhador búlgaro do setor hoteleiro em declarações à “The Economist”. O mesmo poderiam dizer espanhóis das Ilhas Baleares, onde os turistas jovens britânicos não se comportam melhor do que no Mar Negro.

Acontece que vários governos europeus tomaram as suas medidas de blindagem para que a chegada de romenos e búlgaros seja o menos “traumática” possível. Em França, o ex-presidente, Nicolás Sarkozy, foi menos diplomático na altura em que governou e expulsou centenas de ciganos romenos, mas outros salvam as formas e optam pela “dissuasão”. O governo britânico, por exemplo, chegou até a formular mensagens como: “Não venham, pois aqui faz muito frio”, e ameaçou exigir seguros médicos privados aos que cheguem sem uma proposta de emprego já fechada.

E não é apenas na UE que há fecho de portas. Em fevereiro, a Suíça efetuou um referendo onde, no mínimo, o eleitorado aprovou uma iniciativa para limitar a livre circulação. A ideia é estabelecer quotas anuais de licenças de residência, que dependeriam das necessidades da economia suíça. Curiosamente, os mais prejudicados nesse país não seriam os búlgaros ou os romenos, mas os trabalhadores franceses e alemães com boa qualificação que residem no país helvético, em número que excede o milhão.

Num artigo publicado em “El Mundo”, Diego Acosta, académico em temas de imigração da Universidade King's College, aponta um perigo subjacente nesta política de virar as costas a outros europeus mais “pobres”: os governos não estão a reparar nos interesses dos seus próprios nacionais que residem noutros países do bloco. Não apenas os daqueles que, como turistas, vão fazer farra para as praias do Mar Negro e põem cara de poucos amigos quando o búlgaro que os atendeu num hotel de Varna aterrou em Heathrow, mas daqueles que vão desfrutar da sua generosa pensão nos países do sul da Europa.

Britânicos no estrangeiro

O especialista cita o caso da Grã-Bretanha, onde residem 2,3 milhões de cidadãos europeus. Se se olhar em volta, 2,2 milhões de britânicos são também isso: imigrantes dispersos pelos agora 28 países da UE. Não estariam igualmente em risco de se verem afetados se os países recetores tomassem medidas de retaliação, mesmo que leves? Seria algo humorístico, mas qual seria a sensação em Londres de receber indicações de Málaga com mensagens do tipo “não venham, pois aqui faz demasiado calor”?

Em Espanha, estão registados 383.000 britânicos, na sua maioria reformados que preferem o clima mediterrânico. E, devido à idade mais avançada, são pessoas que exigem maior atendimento de saúde. Embora a sua assistência sanitária estivesse já coberta pela Segurança Social britânica ou pelos seus seguros privados, até à reforma feita pelo governo de Rajoy em 2012, a sua despesa nesta área específica recaía muitas vezes sobre o Serviço Nacional de Saúde espanhol. Seria de afirmar que os britânicos saturam os centros de saúde espanhóis?

Certamente, como foi dito, não existem “direitos absolutos” em matéria de liberdade de circulação. Mas num continente onde, durante séculos, os países entraram em guerra com relativa frequência e com um entusiasmo devastador, valeria a pena encontrar fórmulas para que não haja europeus “de primeira” e “de segunda” em virtude do lugar onde lhes coube nascer.

Prestações sociais na Alemanha

Os cidadãos europeus que chegam à Alemanha com uma oferta de emprego na mão, não podem receber qualquer ajuda durante os três primeiros meses. Ultrapassado esse período, tanto eles como as suas famílias podem aceder a prestações sociais básicas, e se perderem o emprego, recebem um subsídio de desemprego de seis meses por ano trabalhado. Esgotado este, podem recorrer ao programa Hartz IV, que consiste num segundo subsídio de 391 euros mensais, mais alojamento e outras ajudas pelo conceito de família.

No caso dos imigrantes que não têm emprego à sua chegada ao país, atualmente discute-se se podem obter mais ajudas do que as que estritamente lhes são concedidas pelos filhos. Em janeiro, a Comissão Europeia reivindicou que a Alemanha ampliasse o programa Hartz IV a estas pessoas, mesmo quando não estivessem a procurar emprego ativamente.

A. R.